

# **Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Leiria**

## **CAPÍTULO I**

### **DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, ORGANIZAÇÃO E FINS**

#### **Artigo 1º**

1. A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Leiria, também designada por Santa Casa da Misericórdia de Leiria – Hospital Dom Manuel de Aguiar e mais abreviadamente Santa Casa da Misericórdia de Leiria, fundada no ano de 1544, continua a ser uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objectivo de satisfazer carências sociais e praticar actos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs.
2. No campo social exercerá, assim, a sua acção através da prática das catorze obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, e no sector especificamente religioso, sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia que é sua padroeira, manterá o culto divino na sua Igreja e Capelas e exercerá as actividades que constarem deste compromisso e as mais que vierem a ser consideradas convenientes.
3. A Irmandade adquire personalidade jurídica civil e estará reconhecida como instituição privada de solidariedade social, mediante participação escrita da sua erecção canónica, feita pelo Ordinário Diocesano aos serviços competentes do Estado.
4. Em conformidade com a natureza que lhe provem da sua erecção canónica, a Irmandade está sujeita ao Ordinário Diocesano, de modo similar ao das demais associações de fiéis.

#### **Artigo 2º**

A Irmandade constituída, por tempo ilimitado, tem a sua sede na cidade de Leiria e exerce a sua acção no respectivo concelho ou distrito.

#### **Artigo 3º**

1. Sem quebra da sua autonomia e independência e dos princípios que a criaram e orientam, a Irmandade cooperará, na medida das suas possibilidades, e na realização dos seus fins, com quaisquer outras entidades públicas e particulares, que o desejem e, igualmente, promoverá a colaboração e o melhor entendimento com as autoridades e população locais, em tudo o que respeita à manutenção e ao desenvolvimento das obras sociais existentes, designadamente, através de actuações de carácter dinamizador, cultural e recreativo.

2. A Irmandade poderá, assim, efectuar acordos com outras Santas Casas da Misericórdia ou com outras Instituições ou com o próprio Estado para melhor realização dos seus fins.
3. Igualmente poderá constituir federações com outras Santas Casas da Misericórdia para criar ou manter, de forma regular e permanente, serviços ou equipamentos de utilização comum e para desenvolver acções sociais de responsabilidade comum.
4. A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Leiria é membro fundador da União das Misericórdias Portuguesas com todos os direitos e deveres inerentes.

#### **Artigo 4º**

Expressamente se consigna que o âmbito da actividade social da Irmandade não se confina apenas ao campo da chamada segurança social e pode abranger, também, outros meios de fazer bem e, designadamente, os sectores da saúde e da educação.

#### **Artigo 5º**

1. Constituem a Irmandade todos os seus actuais irmãos e os que de futuro nela vierem a ser admitidos.
2. O número de irmãos é ilimitado.

#### **Artigo 6º**

1. O Governo da Irmandade reside na Assembleia Geral e, por delegação desta, na Mesa Administrativa e no Conselho Fiscal.
2. A Mesa Administrativa poderá ser coadjuvada e assistida por Mordomos, livremente por ela escolhidos, dentre os irmãos que revelarem melhor conhecimento técnico dos diversos sectores da Irmandade e que pelos respectivos problemas manifestem maior interesse.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS IRMÃOS**

#### **Artigo 7º**

Podem ser admitidos, como irmãos os indivíduos de ambos os sexos, que reúnam as seguintes condições:

- a) Sejam de maioridade;
- b) Sejam naturais, residentes ou ligados por laços de afectividade ao concelho da sede da Irmandade;
- c) Gozem de boa reputação moral e social;
- d) Aceitem os princípios da doutrina e da moral cristãs que informam a Irmandade e que, consequentemente, não hostilizem, por qualquer meio, designadamente, pela sua conduta social, ou pela sua actividade pública, a religião católica e os seus fundamentos.
- e) Se comprometam ao pagamento de uma quota semestral que não poderá ser inferior a 150\$, e cujo montante exacto será afixado em Assembleia Geral, de três em três anos.

#### **Artigo 8º**

- 1. A admissão dos Irmãos é feita mediante proposta assinada por dois irmãos e pelo próprio candidato, em que o mesmo se identifique, se obrigue a cumprir as obrigações de irmãos e indique o montante da quota que subscreve.
- 2. Tal proposta será submetida à apreciação da Mesa Administrativa na sua primeira reunião ordinária posterior à apresentação na Secretaria.
- 3. Só se consideram admitidos os propostos que tiverem reunido, em escrutínio secreto, a maioria absoluta dos votos dos membros da Mesa Administrativa que estiverem presentes na respectiva votação, considerando-se equivalentes a rejeição as abstenções e os votos nulos e em branco.
- 4. A admissão dos novos irmãos somente será considerada definitiva depois de eles assinarem, perante o Provedor, documento pelo qual se comprometam a desempenhar com fidelidade os seus deveres de irmãos.
- 5. O pagamento das quotas é devido a contar do início do mês em que os irmãos foram admitidos.

#### **Artigo 9º**

- 1. Todos os irmãos têm direito:
  - a) A assistir, participar e votar nas reuniões da Assembleia Geral;
  - b) A ser eleitos para os corpos gerentes;

- c) A requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral, da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal, devendo o pedido ser apresentado por escrito, com a indicação do assunto a tratar, e assinado, no primeiro caso, pelo mínimo de 30 irmãos e nos restantes casos por 10 irmãos.
  - d) A visitar, gratuitamente, as obras e serviços sociais da Irmandade e a utilizá-los, com observância dos respectivos regulamentos.
  - e) A receber, gratuitamente, um exemplar deste Compromisso e o respectivo cartão de identificação, para o qual apresentarão, previamente, a necessária fotografia.
  - f) A ser sufragado, após a morte, com os actos religiosos previstos neste Compromisso.
2. Os irmãos não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral em que forem directa ou pessoalmente interessados.

### **Artigo 10º**

Todos os irmãos são obrigados:

- a) Ao pagamento da respectiva quota, exceptuando os que tiverem cargos efectivos nos corpos gerentes ou neles houverem servido, durante dois mandatos.
- b) A desempenhar com zelo e dedicação os lugares dos corpos gerentes para os quais tiverem sido eleitos, salvo se for deferido o pedido de escusa que, por motivo justificado, apresentarem, ou se tiverem desempenhado algum desses cargos no triénio anterior.
- c) A comparecer, nos actos oficiais e nas solenidades religiosas e públicas para as quais a Irmandade tiver sido convocada devendo, em tais actos, e sempre que isso for possível, usar os trajes habituais e distintivos próprios da Irmandade, conforme lhes for determinado.
- d) A colaborar no progresso e desenvolvimento da Irmandade de modo a prestigiá-la e a torná-la cada vez mais respeitada, eficiente e útil perante a colectividade em que está inscrita.
- e) A defender e proteger a Irmandade, em todas as eventualidades principalmente quando ela for injustamente acusada ou atacada no seu carácter de instituição particular e eclesial, devendo por outro lado proceder sempre com recta intenção e ao serviço da verdade e do bem comum, sem ambições ou propósitos de satisfação pessoal, mas antes, e sempre, com o pensamento em Deus e nos irmãos.
- f) A procurar conseguir indivíduos que entrem para a Irmandade como irmãos ou se tornem seus benfeitores.

### **Artigo 11º**

1. Serão excluídos da Irmandade os irmãos:
- a) Que solicitarem a sua exoneração.

b) Que deixarem de satisfazer a sua quota por tempo superior a dois anos e que, depois de notificados, não cumpram esta sua obrigação, ou não justifiquem a sua atitude no prazo de três meses.

c) Que não prestarem contas dos valores que lhes tenham sido confiados.

d) Que, sem motivo justificado, se recusarem a servir os lugares dos corpos gerentes para que tiverem sido eleitos.

e) Que perderam a boa reputação moral e social e os que, voluntariamente, causarem danos à Irmandade.

f) Que tomem atitudes hostis à Religião Católica.

2. A aplicação da pena de exclusão é da competência da Mesa Administrativa, mediante inquérito prévio com audiência do irmão interessado, com possibilidades do recurso para a Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO III**

### **DO CULTO E ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL**

#### **Artigo 12º**

Nas diversas obras sociais e serviços desta Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, haverá assistência espiritual e religiosa e para tal:

- a) Haverá nela, sendo possível, um capelão privativo designado pelo Ordinário da Diocese, sob proposta da Mesa Administrativa.
- b) Fará parte do quadro do seu pessoal permanente, sempre que possível, um grupo ou comunidade de Religiosas, com funções de chefia nos diversos sectores e serviços.

#### **Artigo 13º**

A Igreja e Capelas da Irmandade são destinadas ao exercício de culto divino e nelas se realizarão, sempre que possível, os seguintes actos:

- a) A Missa dominical da Irmandade.
- b) A festa anual da Visitação em honra da Padroeira da Misericórdia.
- c) Uma Missa de sufrágio por cada alma de irmão falecido.
- d) Exéquias anuais, no mês de Novembro, por alma de todos os irmãos e benfeitores falecidos.
- e) A celebração de outros actos de culto que constituírem encargos aceites.

#### **Artigo 14º**

Ao capelão privativo compete assegurar:

- a) A conveniente assistência espiritual e religiosa aos utentes e ao pessoal dos diversos sectores da Irmandade.
- b) A realização dos actos previstos no artigo anterior.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO PATRIMÓNIO E REGIME FINANCEIRO**

#### **Artigo 15º**

1. O património da Irmandade é constituído por todos os seus actuais bens registados em nome da Santa Casa da Misericórdia de Leiria, Irmandade Humanitária da Misericórdia de Leiria e Hospital Dom Manuel de Aguiar de Leiria e pelos que venha a adquirir por título legítimo.
2. A Irmandade não pode alienar nem onerar os seus bens imóveis e os móveis com especial valor artístico ou histórico, sem prévia deliberação da Assembleia Geral, seguida do cumprimento das respectivas normas canónicas e civis.

#### **Artigo 16º**

1. As receitas da Irmandade são ordinárias e extraordinárias.
2. Constituem receitas ordinárias:
  - a) Os rendimentos dos bens próprios.
  - b) O produto das quotas dos irmãos.
  - c) As pensões e percentagens de compensação pagas pelos utentes dos diversos sectores da Irmandade.
  - d) Outros rendimentos de serviços e obras sociais.
  - e) Os subsídios, participações e compensações pagos pelo Estado e Autarquias Locais, com carácter de regularidade ou permanência em troca de serviços prestados.
3. Constituem receitas extraordinárias:
  - a) Os legados, heranças e doações.
  - b) O produto de empréstimos.
  - c) O produto da alienação de bens.
  - d) O produto de cortejos de oferendas e dos donativos particulares.
  - e) Os subsídios eventuais do Estado e das Autarquias Locais.
  - f) Outros quaisquer rendimentos que, por sua natureza, não devem normalmente repetir-se em anos económicos sucessivos.
  - g) Os espólios dos utentes que não forem legitimamente reclamados pelos respectivos interessados no prazo legal.

#### **Artigo 17º**

1. As despesas da Irmandade são ordinárias e extraordinárias.
2. São ordinárias:

- a) As que resultam da execução do presente Compromisso.
- b) As do exercício do culto e as que resultam do cumprimento de encargos da responsabilidade da Irmandade.
- c) As que asseguram a conservação, e a reparação dos bens e a manutenção dos serviços, incluindo vencimento do pessoal e encargos patronais.
- d) As de impostos, contribuições e taxas que oneram bens e serviços.
- e) As quotizações devidas a Uniões e Federações em que a Irmandade estiver inscrita ou filiada.
- f) As que resultarem da deslocação de utentes, corpos gerentes e pessoal, quer em serviço da Irmandade, quer para benefício dos próprios assistidos.
- g) Quaisquer outras que tenham carácter de continuidade e permanência e estiverem de harmonia com a lei e com os fins estatutários.

3. São extraordinárias:

- a) As despesas de construção e equipamento de novos edifícios, serviços e obras ou de ampliação dos já existentes.
- b) As despesas de aquisição de novos terrenos para construção ou de novos prédios rústicos e urbanos.
- c) As despesas que constituírem auxílios imperiosos e extraordinários a indivíduos que deles necessitem com urgência, tanto aos que forem moradores neste conselho, como aos que nele acidentalmente se encontrem.
- d) As outras despesas que se justifiquem pela sua utilidade ou necessidade e que pela Assembleia Geral ou pela Mesa Administrativa forem previamente, deliberadas e autorizadas.

### **Artigo 18º**

O exercício anual da Irmandade corresponde ao ano civil.

### **Artigo 19º**

1. Até 31 de Outubro de cada ano será elaborado e submetido à aprovação juntamente com o plano de actividades sociais, o orçamento para o ano seguinte, com discriminação das receitas e despesas de cada estabelecimento ou sector de actividade e com dotações separadas das verbas de pessoal e material.
2. No decorrer de cada ano poderão ser elaborados e submetidos à competente aprovação dois orçamentos suplementares para ocorrer a despesas que não haviam sido previstas no orçamento ordinário, ou que nele haviam sido insuficientemente dotados.
3. Em casos muito especiais e devidamente justificados, pode ainda ser elaborado e aprovado mais um terceiro orçamento suplementar.



### **Artigo 20º**

Será extraído, diariamente, um balancete do respectivo movimento de dinheiros e valores equivalentes verificado nesse mesmo dia, e na primeira reunião ordinária da Mesa Administrativa de cada mês, deverá ser apresentado, para apreciação, o balancete do movimento do mês anterior.

### **Artigo 21º**

Na Secretaria da Irmandade existirão, devidamente escriturados, os livros de contas, registos e cadernos auxiliares que forem julgados convenientes para clareza da escrita e de todos os negócios da Irmandade.

### **Artigo 22º**

Até 31 de Março de cada ano serão apresentados à apreciação e votação da Assembleia Geral as contas de gerência do exercício anterior, com o respectivo relatório da Mesa Administrativa e parecer do Conselho Fiscal, tudo acompanhado dos mapas e documentos justificativos.

### **Artigo 23º**

Na elaboração e execução dos orçamentos e no funcionamento dos serviços de contabilidade e tesouraria serão tomadas na devida consideração, as normas orientadoras de carácter genérico da actividade tutelar do Estado, de modo a ser obtido o melhor aperfeiçoamento possível dos serviços.

### **Artigo 24º**

1. Os capitais da Irmandade são depositados, à ordem ou a prazo, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, ou em qualquer banco nacional.
2. Ficam exceptuados deste preceito os dinheiros necessários ao movimento normal diário da Irmandade.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS CORPOS GERENTES**

#### **Artigo 25º**

1. Os corpos gerentes da Irmandade são a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal.
2. Todos os Corpos Gerentes são eleitos por período de três anos civis.

#### **Artigo 26º**

1. Os membros dos Corpos Gerentes podem ser reeleitos, consecutivamente mais de uma vez, quando a Assembleia Geral reconhecer expressamente que é inconveniente a sua substituição.

#### **Artigo 27º**

1. O exercício dos cargos, nos corpos gerentes, é gratuito, mas justifica o pagamento das despesas deles derivadas.
2. Quando o movimento financeiro ou a complexidade dos serviços exijam o trabalho e a presença prolongada de algum ou de alguns membros dos corpos gerentes, podem eles passar a ser remunerados, desde que a Assembleia Geral assim o delibere e fixe o respectivo montante da retribuição, mas tal fixação deverá então ser submetida à homologação da respectiva entidade tutelar.

## **SECÇÃO I**

### **DA ASSEMBLEIA GERAL**

#### **Artigo 28º**

1. A Assembleia Geral é constituída pela reunião dos irmãos e só pode funcionar, em primeira convocação, com a presença da maioria dos irmãos inscritos.
2. Se, no dia e hora designados para qualquer reunião, ela não puder realizar-se por falta de maioria legal, terá lugar a reunião meia hora depois, em segunda convocação, desde que estejam presentes, pelo menos, 15 irmãos.

#### **Artigo 29º**

1. Nas convocações da Assembleia Geral, serão sempre indicados os fins, o local, o dia e a hora dessas reuniões.
2. Nas reuniões ordinárias poderão ser tratados quaisquer assuntos mesmo estranhos aos fins designados nas convocações, mas, nas reuniões extraordinárias, somente poderão ser tratados os assuntos expressamente referidos na respectiva convocatória.
3. As deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria dos votos presentes, com dedução das abstenções e dos votos nulos e em branco.
4. Não são consideradas aprovadas as alterações do Compromisso que não reunirem, pelo menos, os votos conformes de 25% do número de irmãos inscritos, residentes no concelho de Leiria.

#### **Artigo 30º**

1. A Assembleia Geral reúne ordinariamente duas vezes por ano, uma em Novembro, para votar o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte e proceder à eleição dos corpos gerentes, quando for caso disso, e a outra no mês de Março para apreciação e votação das contas do exercício anterior.
2. Extraordinariamente, a Assembleia Geral reunirá, sempre que for necessário, convocada pela respectiva Mesa espontaneamente, ou a pedido do Provedor, da Mesa Administrativa, do Conselho Fiscal ou de um grupo de irmãos não inferior a 30, sempre com indicação expressa dos assuntos a tratar.
3. Igualmente, poderá qualquer irmão, e bem assim o Ministério Público requerer ao Tribunal a convocação da Assembleia Geral nos casos graves enumerados nas alíneas do n.º 3 do artigo 53 do Decreto-Lei n.º 519-G2/79, de 29 de Dezembro de 1979. (Estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social).
4. O respectivo Presidente tem de convocar a Assembleia Geral extraordinária no prazo máximo de 30 dias a contar da recepção do pedido da sua realização.
5. As Assembleias Gerais são convocadas por meio de avisos escritos dirigidos aos irmãos, por meio de anúncios num dos jornais locais, e por edital afixado na sede da Irmandade tudo com a antecedência mínima de oito dias.

6. Se o Presidente ou seu substituto não convocar a Assembleia nos casos em que deva fazê-lo, a qualquer irmão é lícito efectuar a convocação, nos termos do n.º 2 do artigo 53 do já referido Decreto-Lei n.º 519-G2/79.

### **Artigo 31º**

1. Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir os trabalhos das reuniões.
2. Essa Mesa é constituída pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por dois Secretários efectivos, os quais, nas suas faltas e nos seus impedimentos, serão substituídos pelos respectivos suplentes.
3. No caso de não se encontrarem presentes o Presidente, nem o Vice-Presidente, competirá à própria Assembleia Geral designar na ocasião, o irmão que deva presidir.
4. Da mesma forma, quando faltarem os Secretários, competirá ao Presidente da mesa designá-los.

### **Artigo 32º**

Compete à Assembleia Geral:

- a) Proceder à eleição da sua própria Mesa, da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal, incluindo os respectivos substitutos.
- b) Apreciar e votar orçamentos, contas de gerências e relatórios.
- c) Apreciar e votar alterações do Compromisso.
- d) Decidir os recursos interpostos das deliberações da Mesa Administrativa.
- e) Autorizar a aquisição, a alienação e oneração de bens imóveis e móveis com especial valor artístico ou histórico e a realização de empréstimos.
- f) Deliberar sobre os casos não previstos neste Compromisso.

### **Artigo 33º**

1. Das reuniões da Assembleia Geral será lavrada acta em livro próprio, a qual será assinada pela Mesa depois de aprovada.
2. A Assembleia Geral pode delegar na sua Mesa a competência para redigir a acta que, assim, se considera aprovada depois de assinada.

## **SECÇÃO II**

### **DA MESA ADMINISTRATIVA**

#### **Artigo 34º**

1. A Mesa Administrativa é constituída por sete membros efectivos e três suplentes.
2. Os membros efectivos, logo que investidos no exercício das suas funções, escolherão entre si o Vice-Provedor, o Secretário e o Tesoureiro e distribuirão entre si diversas tarefas da administração.
3. Os Mesários serão substituídos, nas suas faltas e impedimentos de carácter permanente, pelos irmãos suplentes, que serão chamados pela ordem que ocupam na lista de votação.
4. A Mesa Administrativa pode, além disso, agregar para a coadjuvarem no desempenho da sua missão, outros irmãos, de reconhecida competência, os quais colaborarão com os Mesários dos respectivos pelouros, na execução dos trabalhos concernentes a esses mesmos pelouros ou sectores, constituindo mordomias.

#### **Artigo 35º**

Todos os meses, poderá haver um irmão de visita, escalonado entre os componentes da Mesa Administrativa, e cujas atribuições são as seguintes:

- a) Visitar, com a maior assiduidade possível, as várias obras sociais existentes, observando como são tratados os utentes e solicitando de todos os empregados as informações precisas, para bem avaliar do funcionamento dos serviços.
- b) Informar a Mesa de todas as irregularidades notadas nas suas visitas e transmitir-lhe o que se lhe afigurar pertinente para melhoria dos mesmos serviços.

#### **Artigo 36º**

1. A Mesa Administrativa tomará posse no primeiro dia útil do período para que foi eleita e terá, no mínimo, duas reuniões por mês em dia e hora previamente designados e anunciados.
2. A Mesa cessante continuará em exercício até à posse da nova Mesa eleita, devendo então fazer a devida entrega de bens e valores.

#### **Artigo 37º**

A Mesa Administrativa reunirá extraordinariamente sempre que for julgado conveniente e as mesmas deliberações recairão somente sobre os problemas que justificaram a sua convocação a não ser que estejam presentes todos os seus membros.

### **Artigo 38º**

A Mesa Administrativa só terá poderes deliberativos quando estiver presente a maioria absoluta dos membros em exercício.

### **Artigo 39º**

1. Os mesários não podem efectuar contratos com a Irmandade.
2. Porém, em casos especiais e de manifesto interesse para a Irmandade, a Mesa Administrativa pode autorizar esses contratos e deve dar conhecimento do facto à entidade tutelar.

### **Artigo 40º**

Não podem ser membros da Mesa Administrativa os irmãos:

- a) Que estiverem ao serviço remunerado da Irmandade;
- b) Que lhe forem devedores por dívidas já vencidas;
- c) Que mantenham com a Irmandade qualquer contrato ou pleito.

### **Artigo 41º**

Os mesários são solidariamente responsáveis pela administração dos bens e negócios da Irmandade a não ser que não tenham aprovado as respectivas deliberações.

### **Artigo 42º**

Compete à Mesa Administrativa:

- a) Executar e fazer executar as deliberações da Assembleia Geral e os preceitos deste Compromisso e dos regulamentos que o vierem completar;
- b) Admitir e excluir irmãos;
- c) Administrar os bens, obras e serviços da Irmandade e zelar pelo bom funcionamento dos seus vários sectores;
- d) Elaborar orçamentos e relatórios e organizar contas de gerência;
- e) Cobrar receitas e liquidar despesas;
- f) Efectuar a título oneroso, aquisições e fornecimentos, aceitar heranças, legados e donativos e alienar bens, quando tudo isso não seja competência exclusiva da Assembleia Geral;
- g) Elaborar os regulamentos aconselháveis para a boa organização dos serviços;
- h) Aprovar quadros de pessoal;
- i) Criar e extinguir lugares e fixar vencimentos;

- j) Nomear, suspender e demitir empregados e servidores da Irmandade, estabelecer os seus horários, condições de trabalho, e exercer sobre eles o necessário poder disciplinar, mas tudo de harmonia com as normas estatutárias e legais aplicáveis;
- k) Dar posse, no final do seu mandato, aos corpos gerentes seguintes e fazer-lhes entrega dos documentos e valores da Irmandade;
- l) Representar a Irmandade, em juízo e fora dele, através dos seus próprios membros que para tal expressamente designar;
- m) Constituir grupos de trabalho, estudo e reflexão, com o objectivo de melhorar e desenvolver as actividades sociais da Irmandade, designadamente através da divulgação do seu espírito, da sua obra, dos seus propósitos, das suas iniciativas e das suas realizações e necessidades, perante as populações locais, e mediante encontros, reuniões de convívio e festividades de carácter local e cultural;
- n) Promover, por todos os meios lícitos, o desenvolvimento e a prosperidade da Irmandade, e praticar todos os actos que a sua administração ou as leis exijam, permitam e aconselhem, e não sejam da competência de outro órgão estatutário da Irmandade.

### **Artigo 43º**

A Mesa Administrativa pode delegar quaisquer das suas atribuições no Provedor ou noutro dos seus membros.

### **Artigo 44º**

Compete ao Provedor:

- a) Presidir às sessões da Mesa Administrativa e mordomias sectoriais quando existirem;
- b) Superintender, directamente ou por intermédio das pessoas para tal efeito designadas ou nomeadas, na administração da Misericórdia e consequentemente, orientar e fiscalizar as diversas actividades e serviços da Irmandade;
- c) Propor à Mesa Administrativa os orçamentos, relatórios e contas de gerência;
- d) Despachar os assuntos de expediente e outros que careçam de solução urgente, devendo, porém, estes últimos, se excederem a sua competência normal, ser submetidos à confirmação da Mesa Administrativa na primeira reunião seguinte;
- e) Assinar a correspondência, as ordens de pagamento e os recibos comprovativos da arrecadação das receitas;
- f) Representar a Irmandade, em juízo e fora dele, nos casos de urgência, e enquanto pela Mesa Administrativa não for tomada a respectiva deliberação;
- g) Fazer executar as deliberações da Assembleia Geral e da Mesa Administrativa e cumprir quaisquer outras obrigações inerentes ao seu cargo ou que as leis vigentes ou o costume antigo lhe imponham;
- h) Fomentar a qualidade e quantidade das actividades próprias da Irmandade;

- i) Decidir, nas reuniões da Mesa Administrativa, com voto de qualidade, nos assuntos em que não seja obrigatório o voto secreto.
- j) Na ausência e no impedimento do Provedor serão as respectivas funções desempenhadas pelo Vice-Provedor, na falta de ambos, pelo mesário que a Mesa Administrativa escolher.

#### **Artigo 45º**

Compete ao Secretário:

- a) Redigir e assinar as actas das sessões e superintender, em especial, nos serviços de secretaria e na organização dos respectivos arquivos;
- b) Assinar, com o Provedor, as ordens de pagamento;
- c) Preparar a agenda de trabalhos das reuniões da Mesa Administrativa e das suas delegações e mordomias;
- d) Coadjuvar o Provedor na execução do seu cargo.

#### **Artigo 46º**

Compete ao Tesoureiro:

- a) Promover a cobrança e arrecadação de todas as receitas da Irmandade;
- b) Efectuar os pagamentos;
- c) Orientar e fiscalizar a contabilidade da Irmandade de modo a vigiar o correcto arquivamento de todos os documentos da receita e da despesa;
- d) Apresentar, mensalmente, à Mesa Administrativa, o balancete das despesas e receitas do mês anterior.



## **SECÇÃO III**

### **DO CONSELHO FISCAL**

#### **Artigo 47º**

1. O Conselho Fiscal é constituído por três membros efectivos e três suplentes.
2. Para o Conselho Fiscal devem ser escolhidos os irmãos que possuam os conhecimentos indispensáveis ao exercício dos seus poderes fiscalizadores.
3. Os membros efectivos serão substituídos, nas suas faltas e impedimentos, pelos suplentes, que serão chamados pela ordem da lista de voto.
4. É aplicável aos membros do Conselho Fiscal o que se encontra determinado para os membros da Mesa Administrativa, no artigo 40 deste Compromisso.

#### **Artigo 48º**

1. O Conselho Fiscal terá, pelo menos, uma reunião trimestral e poderá, além disso, efectuar as reuniões que considerar convenientes.
2. As decisões serão tomadas à pluralidade de votos e poderá reunir, desde que, pelo menos, estejam presentes dois dos seus membros.
3. Das suas reuniões serão lavradas as respectivas actas em livro próprio.

#### **Artigo 49º**

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Apreciar e fiscalizar o funcionamento dos serviços administrativos;
- b) Examinar e conferir os valores existentes nos cofres sempre que o considere oportuno;
- c) Verificar os balancetes da tesouraria quando o entender;
- d) Dar parecer sobre qualquer problema que a Mesa Administrativa lhe propuser;
- e) Apresentar à Mesa Administrativa qualquer sugestão que considere útil ao funcionamento dos serviços administrativos ou qualquer proposta que vise a melhoria do regime de contabilidade usado;
- f) Apresentar no fim de cada exercício anual o seu parecer sobre o relatório e sobre as contas de gerência respectivas, para tudo ser apreciado, em conjunto, pela Assembleia Geral;
- g) Requerer a convocação da Assembleia Geral sempre que o considere conveniente.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS ELEIÇÕES E DA POSSE**

#### **Artigo 50º**

1. A eleição da Mesa da Assembleia Geral, da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal será feita por escrutínio secreto, à pluralidade de votos dos irmãos presentes, na reunião ordinária realizada no mês de Novembro do ano em que terminar o mandato dos corpos gerentes, no local previamente designado para o efeito.
2. Os nomes a figurar nas listas a apresentar a sufrágio deverão ser entregues à Mesa da Assembleia Geral até 10 dias antes da data marcada para as eleições.
3. O Presidente da Assembleia Geral mandará executar, a dispensa da Irmandade, as listas concorrentes.

#### **Artigo 51º**

1. As listas para a eleição da Assembleia Geral, da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal devem conter os nomes dos membros efectivos e dos suplentes designados para o efeito.
2. Só os cargos de Provedor e dos Presidentes da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal deverão ser especificados.
3. Se as listas contiverem nomes em excesso, consideram-se como não escritos todos aqueles que ultrapassem o número dos efectivos e dos suplentes.
4. As listas devem ser em papel branco, sem sinais diferenciadores e, quando entregues nas urnas, devem estar dobradas.
5. Só podem ser submetidas a votação as listas que forem apresentadas por um mínimo de cinco irmãos e que derem entrada na Mesa da Assembleia Geral dentro do prazo estabelecido no n.º 2 do artigo anterior.

#### **Artigo 52º**

1. Pela Mesa da Assembleia Geral será fixado um período mínimo, não inferior a duas horas, para funcionamento da Assembleia de voto, findo o qual se declara encerrada a votação.
2. Servindo de escrutinadores os dois secretários da mesa, os irmãos são convidados a votar podendo ser-lhe exigida a identificação quando não sejam conhecidos da mesa.
3. Encerrada a votação proceder-se-á ao apuramento seguindo-se em tudo o prescrito na lei para estes actos.
4. Considerar-se-ão eleitos os irmãos da lista mais votada.
5. Finda a eleição, o Presidente da Assembleia proclamará os eleitos e de tudo o que se tiver passado será exarada e assinada a respectiva acta.

6. No prazo de cinco dias, a contar da eleição, o Presidente da Assembleia oficiará aos irmãos eleitos, caso não tenham estado presentes, a comunicar-lhes o resultado eleitoral na parte que a cada um, respectivamente, interesse.
7. Tal ofício, devidamente autenticado com o selo branco da Irmandade, servirá de diploma de apresentação para a respectiva posse.

### **Artigo 53º**

1. Os irmãos da lista mais votada entrarão em exercício de funções depois de tomar posse, a qual terá lugar em data a fixar pelo Presidente da Assembleia Geral, sempre antes do início de exercício de funções, posse que será dada pelo Presidente da Assembleia Geral cessante.
2. As posses ficarão exaradas em livro especial a elas reservado.
3. Antes de assinar a posse os novos eleitos prestarão o seguinte juramento: – “Declaro, pela minha honra, servir bem e fielmente o cargo para que fui eleito e observar o Compromisso desta Irmandade”.

### **Artigo 54º**

Quando algum dos eleitos não aceitar o respectivo cargo, será logo proclamado o irmão suplente com maior número de votos e no caso de haver igualdade de votos, será considerado eleito que for mais antigo, na Irmandade.

### **Artigo 43º**

Nenhum irmão é obrigado a aceitar a reeleição.

## **CAPÍTULO VII**

### **DOS SERVIÇOS E DO PESSOAL**

#### **Artigo 56º**

1. Os Serviços Administrativos – secretaria, pessoal e contabilidade – funcionarão sob a orientação da Mesa Administrativa e serão dirigidos, respectivamente, pelo Secretário e Tesoureiro da Mesa Administrativa e executados pelo pessoal que for necessário de harmonia com os regulamentos que vierem a ser aprovados.
2. Os serviços propriamente de solidariedade social da Irmandade serão dirigidos e executados pelo pessoal técnico exigido para cada caso.
3. Os serviços agro-pecuários constituirão a exploração do património rústico da Irmandade sendo dirigidos por pessoal especializado.

#### **Artigo 57º**

Como representante directo e executivo das determinações da Mesa Administrativa poderá haver um Administrador (antigo mordomo da Irmandade) a quem a mesma delegará algumas das suas competências de forma a permitir o eficiente e necessário funcionamento de todos os serviços.

#### **Artigo 58º**

1. A Mesa Administrativa elaborará, ouvidos os diversos serviços, os regulamentos – geral e internos – que forem necessários à perfeita organização dos serviços da Irmandade e que o bom funcionamento dos mesmos aconselharem.
2. O regulamento geral tratará de toda a acção desenvolvida pela Irmandade, com inclusão das condições de trabalho do seu pessoal e definição, quanto possível pormenorizada, dos direitos e deveres do pessoal.
3. Os regulamentos internos dizem respeito ao funcionamento, em pormenor, de cada serviço da Irmandade.
4. Os referidos regulamentos entram em vigor após a aprovação pela Mesa Administrativa.

#### **Artigo 59º**

1. O pessoal na efectividade de serviço deverá constar do quadro de pessoal elaborado e aprovado pela Mesa Administrativa segundo a legislação em vigor.
2. Poderá haver pessoal fora do quadro – jornaleiro ou por tarefa – sempre que se torne indispensável para o bom funcionamento dos serviços.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 60º**

Não é permitido à Irmandade repudiar heranças ou legados, devendo sempre aceitar umas e outras, a benefício de inventário não podendo ficar a cumprir encargos que excedam as forças da herança ou do delegado, ou que sejam contrários à lei.

#### **Artigo 61º**

1. Podem ser declarados Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia as pessoas, mesmo estranhas à Irmandade, ou entidades que, por lhe haverem prestado assinalados e relevantes serviços ou por auxiliarem com donativos eventuais de montante considerável, sejam merecedores de tal distinção.
2. A declaração de Benfeitores compete à Assembleia Geral, devendo os mesmos ser inscritos em livro especial e ser-lhes passado o respectivo diploma.
3. Os Benfeitores declarados têm os direitos referidos no artigo 9.º deste Compromisso, com excepção dos compreendidos nas alíneas a), b) e c), quando estranhos à Irmandade, e os que vierem a ser concedidos pela Assembleia Geral ao declará-los Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia.
4. Os irmãos Benfeitores, beneméritos e honorários existentes manterão essa qualidade e gozarão dos direitos próprios dos Benfeitores, sem prejuízo de outros especiais que, entretanto, lhes hajam sido concedidos, e futuramente, não serão atribuídas essas qualidades de irmão mas tão só a de Benfeitor.

#### **Artigo 62º**

A Mesa Administrativa elaborará o cadastro-inventário de todos os bens e valores que pertençam à Irmandade, o qual estará permanentemente actualizado.

#### **Artigo 63º**

1. Esta Irmandade só poderá ser extinta, pela autoridade competente, e na forma legal, mediante deliberação favorável tomada em Assembleia Geral, a qual reúna, pelo menos, a votação concordante de três partes do número total de irmãos.
2. Em caso de extinção, os seus bens reverterão para outras obras ou instituições de natureza cristã e católica, existentes ou a criar na sede do concelho de Leiria, mas com âmbito concelhio, tendo em consideração o disposto no artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 519-G2/79 e mais legislação aplicável, tanto do Direito Civil como do Direito Canónico.

#### **Artigo 64º**

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia observará os preceitos da legislação que lhe for aplicável, e, designadamente, as disposições do Decreto-Lei n.º 519-G2/79 de 29 de Dezembro (10.º Suplemento).

#### **Artigo 65º**

Os casos omissos deste Compromisso serão resolvidos pela Assembleia Geral, quando não lhe forem aplicáveis preceitos legais definidos.

#### **Artigo 66º**

O presente Compromisso, equivalente aos anteriores Estatutos da Irmandade Humanitária da Misericórdia de Leiria, denominação que em 1911 substituiu a de Santa Casa da Misericórdia de Leiria, observa o projecto oficial legalmente previsto, respeita a Lei competente na matéria, entrará em vigor logo que seja devidamente aprovado ficando, então, anulados e revogados os anteriores Estatutos.

#### **Artigo 67º**

De acordo com o Direito Canónico e por despacho expresso da Cúria Episcopal de Leiria, as deliberações a que se referem as alíneas c) e e) do artigo 32.º não poderão executar-se sem prévia confirmação do Ordinário do lugar e, na sequência do disposto no art.º 52.º, o Presidente da Assembleia Geral enviará a lista dos Eleitos à Cúria Episcopal para confirmação, também, pelo Ordinário local.

Aprovado em Assembleia Geral, de 16 de Março de 1981.

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL,

*Daniel Rodrigues da Silva*

*Carlos José Gomes Vieira*

*Eduardo Augusto Maria da Silva*

*António José Moita Pereira*

*P.<sup>e</sup> José Fernandes de Almeida*

O presente Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Leiria foi aprovado por Decreto do Senhor D. Alberto Cosme do Amaral, Bispo de Leiria, em vinte e oito de Maio de mil novecentos e oitenta e um.

Leiria, 28 de Maio de 1981

*P.<sup>e</sup> Henrique Fernandes da Fonseca*

Vigário Geral da Diocese